

OPERAÇÃO

104

POLÍCIA
FEDERAL

 DIREÇÃO
CONCURSOS

WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR



Professor
ERICK ALVES
Direito Administrativo



 Prof. Erick Alves
 proferickalves
 proferickalves
 (61) 99386 7450



Princípios administrativos

Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.



CESPE – PC/AL 2012

A supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público se constituem em supraprincípios, que refletem a dualidade existente no exercício da função administrativa.

Gabarito: Certa

CESPE – PRF 2012

Em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público, não é permitido à administração alienar qualquer bem público enquanto este bem estiver sendo utilizado para uma destinação pública específica.

Gabarito: Certa

CESPE – Polícia Federal 2014

Em face do princípio da isonomia, que rege toda a administração pública, o regime jurídico administrativo não pode prever prerrogativas que o diferenciem do regime previsto para o direito privado.

Gabarito: Errada

OPERAÇÃO

104

POLÍCIA
FEDERAL

 DIREÇÃO
CONCURSOS

WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR



Princípios administrativos

Regime jurídico-administrativo. Conceito. **Princípios expressos** e implícitos da Administração Pública.

Princípios Expressos

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Eficiência

Administração direta e indireta

Executivo, Legislativo e Judiciário

União, Estados, Distrito Federal e Municípios

CESPE – IBAMA 2013

O princípio da moralidade e o da eficiência estão expressamente previstos na CF, ao passo que o da proporcionalidade constitui princípio implícito, não positivado no texto constitucional.

Gabarito: Certo

CESPE – TRE/ES

Os princípios elencados na Constituição Federal, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, aplicam-se à administração pública direta, autárquica e fundacional, mas não às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.

Gabarito: Errado

A Administração só pode agir segundo a lei (em sentido amplo).

- Princípio da legalidade X Reserva Legal
- Para a Administração: *restrição de vontade*; para os particulares: *autonomia de vontade*.
- **Exceções ao princípio da legalidade**
 - Medida provisória
 - Estado de defesa
 - Estado de sítio

CESPE – PC/TO

A administração pública é orientada por princípios de índole constitucional, cuja observância proporciona aos administrados a sensação de respeito à coisa pública. A respeito desse tema, julgue os itens que se seguem.

Em toda atividade desenvolvida pelos agentes públicos, o princípio da legalidade é o que precede todos os demais.

Gabarito: Certo

CESPE – PC/PE

Em decorrência do princípio da legalidade, é lícito que o poder público faça tudo o que não estiver expressamente proibido pela lei.

Gabarito: Errado

CESPE – PC/ES

Com base nos princípios regentes da atuação administrativa, julgue os itens a seguir.

Em decorrência da aplicação do princípio da legalidade, não se permite à administração pública, por mero ato administrativo, a concessão de direitos, a criação de obrigações ou a imposição de vedações aos administrados, visto que, para tanto, depende-se de lei.

Gabarito: Certo

CESPE – Polícia Federal 2018

Acerca da administração direta e indireta, julgue o item que segue.

Decorrem do princípio da reserva legal a exigência de que as entidades da administração indireta sejam criadas ou autorizadas por leis específicas e a de que, no caso das fundações, leis complementares definam suas áreas de atuação.

Gabarito: Certo

OPERAÇÃO

104

POLÍCIA
FEDERAL

 DIREÇÃO
CONCURSOS

WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR



Princípios administrativos

Regime jurídico-administrativo. Conceito. **Princípios expressos** e implícitos da Administração Pública.

Atos devem ser praticados tendo em vista o interesse público, e não os interesses pessoais do agente ou de terceiros.

- Três aspectos:

1) **Isonomia** **ex: concurso público e licitação.*

2) **Finalidade** **sempre o interesse público; ato pode ser anulado, por desvio de finalidade.*

3) **Não promoção pessoal** **proíbe nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, inclusive do partido.*

CESPE – PC/GO

Sem ter sido aprovado em concurso público, um indivíduo foi contratado para exercer cargo em uma delegacia de polícia de determinado município, por ter contribuído na campanha política do agente contratante. Nessa situação hipotética, ocorreu, precipuamente, violação do princípio da

- A) supremacia do interesse público.
- B) impessoalidade.
- C) eficiência.
- D) publicidade.
- E) indisponibilidade.

Gabarito: alternativa "b"

CESPE – SEDF

Se uma autoridade pública, ao dar publicidade a determinado programa de governo, fizer constar seu nome de modo a caracterizar promoção pessoal, então, nesse caso, haverá, pela autoridade, violação de preceito relacionado ao princípio da impessoalidade.

Gabarito: Certo

CF, art. 37, §1º:

*§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela **não** podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Necessidade de atuação ética dos agentes públicos.

- Honestidade, lealdade, probidade, boa-fé etc
- **Moral administrativa:** não é necessário avaliar a intenção do agente
- Aspecto **vinculado:** permite a **anulação** dos atos administrativos
- A moralidade **independe** da existência de lei que proíba a conduta reprovada
- **Nepotismo**

Vedação ao nepotismo

Súmula Vinculante 13 STF

*A nomeação de **cônjuge, companheiro ou parente** em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, inclusive, da **autoridade nomeante** ou de **servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento**, para o **exercício de cargo em comissão ou de confiança** ou, ainda, de **função gratificada** na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o **ajuste mediante designações recíprocas**, viola a Constituição Federal.*

- Também viola princípios da **imessoalidade** e da **eficiência**
- ***Não*** atinge nomeação para **cargo político**, desde que a nomeação não tenha se baseado apenas no parentesco.

CESPE – PC/PB

Associa-se de forma mais apropriada à ideia de probidade e boa-fé o princípio da

- A) legalidade.
- B) impessoalidade.
- C) publicidade.
- D) moralidade administrativa.
- E) eficiência.

Gabarito: alternativa “d”

CESPE – PC/RN

O princípio da supremacia do interesse público tem como objetivo impor ao administrador público não dispensar os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta, pois além de verificar os critérios de conveniência e oportunidade, deve distinguir o que é honesto do que é desonesto.

Gabarito: Errado

OPERAÇÃO

104

POLÍCIA
FEDERAL

 DIREÇÃO
CONCURSOS

WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR



Princípios administrativos

Regime jurídico-administrativo. Conceito. **Princípios expressos** e implícitos da Administração Pública.

A Administração deve dar transparência a seus atos.

- Permite o controle dos atos administrativos.
- Restrições à publicidade: segurança da sociedade e do Estado; proteção à intimidade ou ao interesse social **somente por lei*
- **Publicidade** (diversos meios) ≠ **Publicação** (divulgação em órgãos oficiais).
- Publicidade não é considerada elemento de formação do ato administrativo, e sim **requisito de eficácia**.
- STF permite a divulgação do **nome**, do **cargo** e da **remuneração** dos servidores públicos, mas não do **CPF**, da **identidade** e do **endereço**.

CESPE – PC/AL

O princípio da publicidade, no direito administrativo, relaciona-se à publicidade, diretamente ligada à eficácia do ato, bem como à transparência, derivada, por sua vez, do princípio da indisponibilidade do interesse público.

Gabarito: Certo

CESPE – Polícia Federal 2004

A veiculação do ato praticado pela administração pública na Voz do Brasil, programa de âmbito nacional, dedicado a divulgar fatos e ações ocorridos ou praticados no âmbito dos três poderes da União, é suficiente para ter-se como atendido o princípio da publicidade.

Gabarito: Errado

CESPE – PC/ES

Com base nos princípios regentes da atuação administrativa, julgue os itens a seguir.

O princípio da publicidade aplica-se, de forma absoluta, no âmbito da administração pública, já que exige a ampla e irrestrita divulgação dos atos por ela praticados.

Gabarito: Errado

CESPE – PC/AL

Acerca dos princípios da administração pública previstos na CF, julgue os itens seguintes.

A legalidade do ato praticado pelo agente público pode subsistir ainda que não exista lei prévia que autorize a sua prática.

Gabarito: Errado

Atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando-se maior produtividade e redução dos desperdícios de recursos.

- Qualidade, celeridade, desburocratização, planejamento...
- Princípio ligado à **Reforma do Estado** (administração gerencial).
- Possui **dois focos**: conduta do agente público e organização interna da Administração.
- Exemplos: avaliação de desempenho; contratos de gestão com fixação de metas; celeridade na tramitação dos processos administrativos e judiciais, flexibilidade da estabilidade, participação em cursos para fins de promoção etc.
- Não pode se sobrepor ao princípio da legalidade (deve ser buscada com observância aos parâmetros e procedimentos previstos na lei).

CESPE – PC/ES

A respeito dos princípios que regem o direito administrativo, julgue os itens seguintes.

O princípio da eficiência não está expresso no texto constitucional, mas é aplicável a toda atividade da administração pública.

Gabarito: Errado

CESPE – Polícia Federal

Em decorrência do princípio administrativo da impessoalidade, é vedado à administração federal considerar, na aplicação de penas disciplinares a ocupantes de cargos de atividade policial, os antecedentes do servidor e a repercussão social da infração.

Gabarito: Errado

CESPE – PC/ES

A respeito dos princípios que regem o direito administrativo, julgue os itens seguintes.

O concurso público para ingresso em cargo ou emprego público é um exemplo de aplicação do princípio da impessoalidade.

Gabarito: Certo

CESPE – PC/MA

A conduta do agente público que busca o melhor desempenho possível, com a finalidade de obter o melhor resultado, atende ao princípio da

- A) eficiência.
- B) legalidade.
- C) impessoalidade.
- D) moralidade.
- E) publicidade.

Gabarito: alternativa "a"

CESPE – Polícia Federal

Em razão do princípio da eficiência, é possível, mediante licitação, a contratação de empresa que não tenha apresentado toda a documentação de habilitação exigida, desde que a proposta seja a mais vantajosa para a administração.

Gabarito: Errado

OPERAÇÃO

104

POLÍCIA
FEDERAL

 DIREÇÃO
CONCURSOS

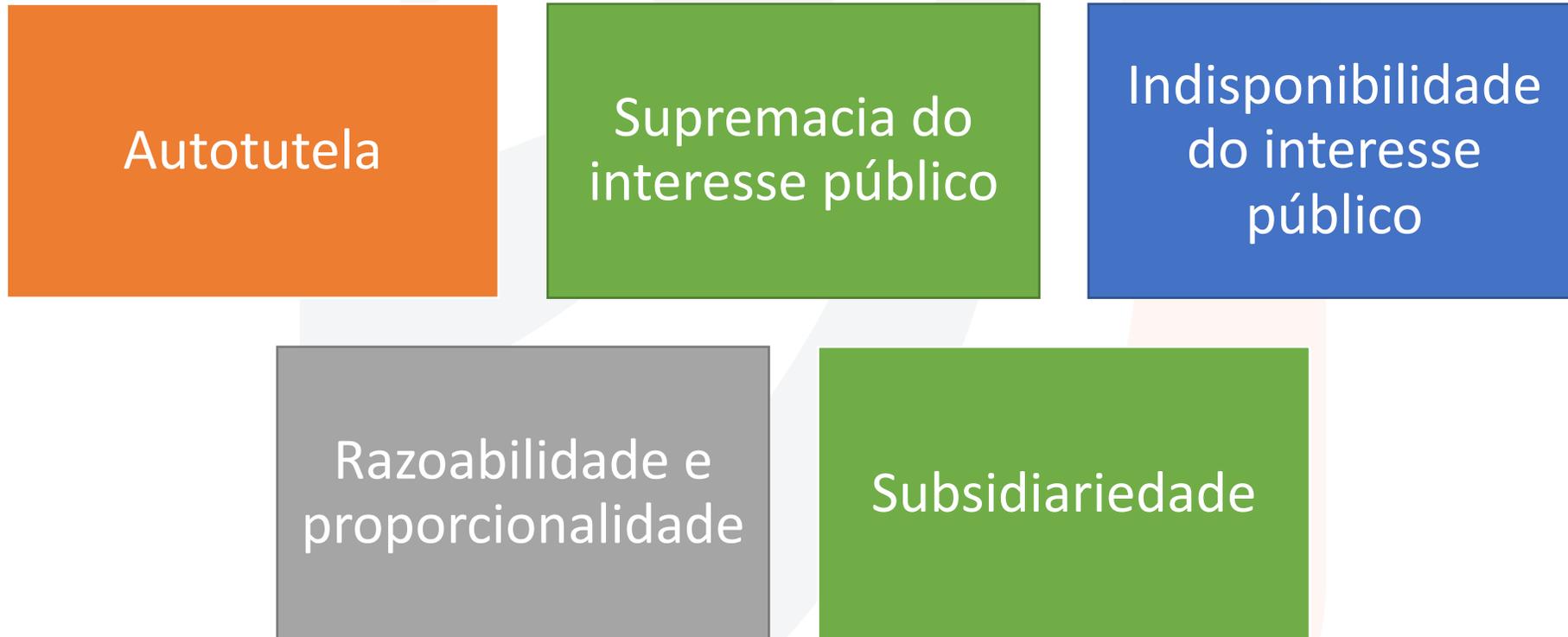
WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR



Princípios administrativos

Regime jurídico-administrativo. Conceito. **Princípios** expressos e **implícitos** da Administração Pública.

Princípios Implícitos



Administração controla seus próprios atos

- **Anular atos ilegais** → *controle de legalidade*
- **Revogar atos inoportunos e inconvenientes** → *controle de mérito*
- Pode ser mediante **provocação** ou **de ofício**.
- **Não** afasta a apreciação do Poder Judiciário (atos ilegais).
- Os atos **não** podem ser revistos após o prazo decadencial, *salvo má-fé*.

Súmula 473 STF

*A Administração pode **anular** seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam **ilegais**, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los**, por motivo de **conveniência** ou **oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

CESPE – PC/PE

O diretor-geral da polícia civil de determinado estado exarou um ato administrativo e, posteriormente, revogou-o, por entender ser inconveniente sua manutenção.

Nessa situação hipotética, o princípio em que se fundamentou o ato de revogação foi o princípio da

- A) segurança jurídica.
- B) especialidade.
- C) autotutela.
- D) supremacia do interesse público.
- E) publicidade.

Gabarito: alternativa "c"

CESPE – Polícia Federal 2018

Um servidor público federal determinou a nomeação de seu irmão para ocupar cargo de confiança no órgão público onde trabalha. Questionado por outros servidores, o departamento jurídico do órgão emitiu parecer indicando que o ato de nomeação é ilegal.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O princípio da autotutela permite que o Poder Judiciário intervenha para apreciar atos administrativos que estejam supostamente eivados de ilegalidades.

Gabarito: Errado

CESPE – Polícia Federal 2018

A administração pública, além de estar sujeita ao controle dos Poderes Legislativo e Judiciário, exerce controle sobre seus próprios atos. Tendo como referência inicial essas informações, julgue o item a seguir, acerca do controle da administração pública.

O poder de autotutela tem fundamento, preponderantemente, nos princípios da legalidade e da preponderância do interesse público e pode ser exercido de ofício quando a autoridade competente verificar ilegalidade em ato da própria administração.

Gabarito: Certo

CESPE – PC/RN

Pelo princípio da autotutela, a administração pública controla seus próprios atos, com a possibilidade de revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recursos ao Poder Judiciário.

Gabarito: Certo

Razoabilidade: compatibilidade entre meios e fins

Proporcionalidade: limitação de excessos

- **Três fundamentos:**
 1. **Adequação**: o meio empregado na atuação deve ser compatível com o fim pretendido;
 2. **Exigibilidade ou necessidade**: a conduta deve ser necessária, não havendo outro meio que cause menos prejuízo aos indivíduos para alcançar o fim público;
 3. **Proporcionalidade em sentido estrito**: as vantagens a serem conquistadas devem superar as desvantagens, ou seja, deve haver mais “prós” que “contras”.
- **Limitação à discricionariedade administrativa**: torna o ato ilegal!

Estado tem papel subsidiário em relação à sociedade

- A **iniciativa privada** tem **primazia** sobre a **atividade pública**, devendo o Estado se **abster** de exercer atividades que os particulares tenham condições de exercer por sua própria iniciativa e com seus próprios recursos.
- **Limita** a intervenção estatal na sociedade

CESPE TRF1

Para os autores que defendem o princípio da subsidiariedade, a atividade pública tem primazia sobre a iniciativa privada, devendo o ente particular se abster de exercer atividades que o Estado tenha condições de exercer por sua própria iniciativa e com seus próprios recursos.

Gabarito: Errado

OPERAÇÃO

104

POLÍCIA
FEDERAL

 DIREÇÃO
CONCURSOS

WWW.DIRECAOCONCURSOS.COM.BR



Professor
ERICK ALVES
Direito Administrativo



 Prof. Erick Alves
 proferickalves
 proferickalves
 (61) 99386 7450

